

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 868.662 - RS (2016/0041174-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA E OUTRO(S) -
RJ115002
LÍLIA MORA RÊGO - RS066773
AGRAVADO : ELETRÔNICA RIO GRANDENSE LTDA
ADVOGADO : IVANETE REGOSO - RS038604

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA 475-J. VALOR LIQUIDADO E DEFINIDO. CABIMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDA. GREVE DE FUNCIONÁRIOS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. FALTA DE ENFRENTAMENTO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 283/STF. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA ELETROBRÁS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial de CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS, interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA. ARTIGO 557, 'CAPUT' DO CPC. ELETROBRÁS. GREVE. SUSPENSÃO DE PRAZO LEGAL. ARTIGO 475-J, DO CPC.

A situação de greve dos empregados da Eletrobrás, ainda que se reconheça que tal situação prejudica o desenvolvimento das atividades da agravante, não pode ser oposta para justificar a suspensão de prazos como motivo de força maior. Isto porque cumpre à parte zelar pelos prazos processuais, devendo haver isonomia de tratamento entre as partes.

Ausentes elementos a alterar a convicção firmada quando da análise do pedido inicial, deve ser mantida a decisão denegatória de seguimento a recurso.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo legal desprovido (fls. 564).

2. Nas razões de seu Recurso Especial, a recorrente aponta violação do art. 475-J do CPC/1973, sustentando que não se afigura razoável a aplicação da multa do referido artigo antes de finalmente apurada a quantia devida (fls. 574).

3. Sem contrarrazões (fls. 607), o recurso foi admitido na origem (fls. 99).

4. É o relatório.

5. Insurge-se a recorrente contra o acórdão recorrido, em razão da incidência da multa do art. 475-J do CPC/1973 (ou 523, § 1o. do Código Fux).

6. Para as sentenças condenatórias ao cumprimento de obrigação de pagamento de quantia em dinheiro ou na qual a obrigação possa assim ser convertida, o procedimento é o previsto no art. 475-J do CPC (art. 475-I do CPC). Neste último caso, a finalidade da multa imposta para o caso de não pagamento foi a de mitigar a apresentação de defesas e impugnações meramente protelatórias, incentivando a pronta satisfação do direito previamente reconhecido.

7. Assim, não existindo o depósito integral da condenação, e não apenas a parte controversa, aplica-se a multa do art. 475-J do CPC. Nesse sentido é a jurisprudência dessa Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. SÚMULA N. 83/STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC.

1. *A garantia do juízo é pressuposto para o processamento da impugnação ao cumprimento de sentença, a teor do que dispõe o art. 475-J, § 1º, do CPC.*

(...).

4. *Agravo regimental desprovido com a condenação da agravante ao pagamento de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do respectivo valor (art. 557, § 2º, do CPC) (AgRg no AREsp. 764.515/SC, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 24.9.2015).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TEMPESTIVOS. INTERRUÇÃO DO PRAZO. ART. 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MULTA 475-J. DEPÓSITO. GARANTIA DO JUÍZO. MULTA. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. *Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, exceto nos casos em que não conhecidos por intempestividade. Precedentes.*

2. *A atitude do devedor, que promove o mero depósito judicial do quantum exequendo, com finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, não perfaz adimplemento voluntário da obrigação, autorizando o cômputo da sanção de 10% sobre o saldo devedor (REsp 1.175.763/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe de 5/10/2012).*

(...).

4. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 579.960/SC, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 10.6.2015).*

8. *Ultrapassada essa questão, observa-se, que, no caso, a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para negar provimento ao recurso foi a de que a situação de greve dos empregados da Eletrobrás, ainda que se reconheça que tal situação prejudica o desenvolvimento das atividades da agravante, não pode ser oposta para justificar a suspensão de prazos como motivo de força maior (fls. 564).*

9. Tal fundamento, contudo, não foi enfrentado nas razões recursais, o que atrai a incidência da Súmula 283 do STF. Nesse sentido, confira-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDA. GREVE DE FUNCIONÁRIOS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. FALTA DE REBATIMENTO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA N. 283/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. OMISSÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF.

I - O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, confirma o entendimento exarado na decisão agravada, segundo o qual, o fundamento referente à "greve dos funcionários da devedora, a qual não configura justa causa suficiente para o deferimento da dilação de prazo processual", não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai o óbice dos enunciados n. 283 e 284 da Súmula do STF.

II - A indicação de violação do art. 535, II, do CPC/73, por alegada omissão, quando realizada de forma genérica, limitada à afirmação, em linhas gerais, que o acórdão recorrido deixou de se pronunciar acerca das questões apresentadas, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula, caracteriza deficiência desta parcela recursal. Incidência da Súmula n. 284/STF.

III - Agravo interno improvido (AREsp 1.577.608/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 27.4.2017).

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da ELETROBRÁS.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR